

# EDUCAÇÃO POPULAR E O DISCURSO DA ECONOMIA POLÍTICA EUROCÊNTRICA

Diogo Marques Tafuri\*

Luiz Gonçalves Junior\*\*

## RESUMO

Partindo de um posicionamento epistemológico que considere as práticas educativas para além das relações pedagógicas empreendidas no sistema educacional, e reconhecendo que conhecimentos são também edificados no interior de práticas sociais não escolares, este ensaio tem por objetivo fundamentar teoricamente os nexos estabelecidos entre as formas de agir e pensar economicamente dos grupos populares no bojo da elaboração histórico-cultural com a qual produzem simbólica e materialmente a própria existência, e o sistema de categorias advindo dos paradigmas da Economia Política moderna e eurocêntrica. Por meio da revisão de literatura relativa à temática, argumentamos sobre a relevância de tomarmos a ação econômica popular enquanto prática social conformadora dos modos como tais pessoas se educam para a vida. Realizando a reconstituição histórica dos fundamentos epistemológicos da Economia Política contemporânea, buscamos problematizar a natureza construída de tais experiências educativas a partir da existência e funcionamento de sistemas ideológicos historicamente estabelecidos. Por fim, tecemos algumas considerações acerca das práticas sociais populares e suas relações de saber-poder com a perspectiva eurocêntrica de modernidade.

**Palavras-Chave:** Educação popular. Economia política. Eurocentrismo.

## ABSTRACT

### POPULAR EDUCATION AND THE DISCOURSE OF EUROCENTRIC POLITICAL ECONOMY

This essay stems from an epistemological position that considers the educative practices that occur beyond the pedagogical relations within the educational system. Recognizing that knowledge is also constructed via social practices that take place outside of school, this paper aims to theoretically substantiate the links established between the ways lower-income groups act and think economically, against the historical and cultural framework with which they materially and symbolically create their own existences, and the system of categories derived from the paradigms of a modern, Eurocentric political economy. Using arguments based on texts related to

---

\* Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenador Executivo do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Formação, Estudos e Intervenção em Economia Solidária (UFSCar). Endereço profissional: Rodovia Washington Luiz, Km 235, Monjolinho, São Carlos-SP. CEP: 13565-905. Caixa-postal: 676. diogotafuri@gmail.com

\*\* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Associado do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da UFSCar. Endereço profissional: Rodovia Washington Luiz, Km 235, Monjolinho, São Carlos-SP. CEP: 13565-905. Caixa-postal: 676. luizgj7@gmail.com

this theme, the discussion focuses on the importance of considering popular economic action as a social practice capable of shaping the ways such people are educated to deal with life. Through a historical reconstruction of the epistemological foundations of the contemporary political economy, we seek to question the constructed nature of such educative experiences by drawing upon the existence and operation of historically established ideological systems. The essay concludes with some considerations concerning popular social practices and their relations with knowledge and power as viewed from a Eurocentric perspective of modernity.

**Keywords:** Popular Education; Political Economy; Eurocentrism.

## RESUMEN

### EDUCACIÓN POPULAR Y EL DISCURSO DE LA ECONOMÍA POLÍTICA EUROCÉNTRICA

A partir de una posición epistemológica que considere las prácticas educativas más allá de las relaciones pedagógicas emprendidas en el sistema educacional, y reconociendo que los conocimientos son también edificados en el interior de las prácticas sociales no escolares, este ensayo tiene por objetivo fundamentar teóricamente los nexos establecidos entre las formas de actuar y pensar económicamente de los grupos populares en el proceso de elaboración histórico cultural con la cual producen simbólicamente y materialmente la propia existencia y el sistema de categorías provenientes de los paradigmas de la economía política moderna y eurocéntrica. Por medio de la revisión de la literatura temática, argumentamos sobre la importancia de considerar la acción económica popular en cuanto práctica social conformadora de los modos como tales personas se educan para la vida. Realizando la reconstitución histórica de los fundamentos epistemológicos de la economía política contemporánea, buscamos problematizar la naturaleza construida de estas experiencias educativas a partir de la existencia y funcionamiento de sistemas ideológicos históricamente establecidos. Finalmente, escribimos algunas consideraciones sobre las prácticas sociales populares y sus relaciones de saber-poder con la perspectiva eurocéntrica de modernidad.

**Palabras clave:** Educación Popular; Economía Política; Eurocentrismo.

## Introdução

O presente ensaio pretende trazer para o campo da investigação em Educação Popular questões caras às Ciências Econômicas, relacionadas à compreensão das diversas formas de manifestação das ações econômicas populares no seio de suas experiências cotidianas de vida. Trata-se de construir um entendimento analítico que considere tais ações enquanto práticas sociais geradoras de processos educativos igualmente relevantes e específicos na conformação de identidades, valores, atitudes e na produção e reprodução de relações de significados, os quais são responsáveis por reali-

zar “[...] a unidade entre a ação e a representação como sentido e codificação de sentidos da vida social” (BRANDÃO, 2002, p. 128). Este ensaio sobre Economia Política e Educação Popular, sobre práticas e ideias econômicas, remete, portanto, a um posicionamento epistemológico específico acerca do conceito de Educação enquanto cultura, formulado precisamente por Petronilha Beatriz G. Silva (1987) em seu trabalho acerca da educação e identidade de negros trabalhadores rurais:

Educação é o ato de construir o nosso modo próprio de ser, juntamente com quem convivemos, ao assumirmos com eles os destinos do nosso grupo, nossa classe social, nossa comunidade. É vivência que

permite tomar consciência do mundo, das coisas, das pessoas, das relações que entre eles se estabelecem, e assim tomar consciência de si próprio. Nesse processo, cada pessoa incorpora a cultura de sua comunidade, grupo, classe, fazendo-a com os parentes, os vizinhos, os colegas, num trabalho que é sempre criador. Tal trabalho se configura como ação de cada pessoa com os outros no mundo, a fim de desvelá-lo, compreendê-lo, transformá-lo, humanizando-o. (SILVA, 1987, p. 64-65).

A partir de tal fundamentação, realizamos pesquisa bibliográfica<sup>1</sup> buscando trabalhos que promoveram a interface entre Educação e Economia Política, e constatamos uma lacuna existente neste campo de investigação temática. Para além das pesquisas realizadas dentro da temática de Economia da Educação, as quais buscam analisar os aspectos econômicos das instituições de ensino, tais como a relação entre sistemas educacionais e crescimento econômico (CARDOSO, 2006; WALTENBERG, 2006), aspectos da demanda por escolaridade em economias metropolitanas (LINS, 2013), relações entre educação, renda e ocupação (ALCALDE, 2013; ZIMMER, 2011), desempenho do sistema educacional (BUCHMANN, 2007; WALTENBERG, 2003) e o financiamento público para o setor (LAMEZA, 2006), foram encontrados apenas dois estudos em Educação que tratam diretamente de questões provenientes do campo da Economia Política: o trabalho de Dias (2010), o qual intentou compreender os usos sociais da escola pública dentro do processo de socialização capitalista, partindo da crítica da Economia Política formulada por Karl Marx; e a pesquisa de Santos (2014), que problematiza o emprego do conhecimento técnico e científico advindo do mundo material como forma de intervir nas estruturas institucionais da sociedade, bem como suas implicações para a área Educação. Quando especificamos, na busca bibliográfica, o termo Educação Popular, encontramos um vasto campo de investigação temática relacionado par-

ticularmente às experiências contemporâneas de Economia Solidária<sup>2</sup> e à pedagogia da produção associada, mas nenhum trabalho que tomasse como objeto de pesquisa a relação entre Educação e Economia Política em contextos populares e não escolares.

Dessa forma, pensamos contribuir de forma pertinente com a área da Educação ao iniciarmos a aproximação teórico-conceitual entre esses dois campos do conhecimento, problematizando a influência dos paradigmas discursivos oriundos da Economia Política eurocêntrica nas práticas econômicas realizadas por grupos populares no bojo de sua elaboração histórico-cultural, com a qual produzem simbólica e materialmente sua própria existência. Ao tratarmos das relações de saber-poder intrínsecas a tal sistema de categorias, remeteremos à proposição de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses na obra *Epistemologias do Sul*, na qual o autor e a autora designam o Sul:

[...] metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões que foram submetidos ao colonialismo europeu e que [...] não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). [...] A ideia central é [...] que o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e ou nações colonizadas. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19).

O texto está organizado em cinco partes distintas: além desta introdução, argumentaremos sobre a relevância de tomarmos a ação econômica popular enquanto prática social conformadora dos modos como tais pessoas se educam para a vida,

1 Revisão efetuada a partir de exame dos anais dos encontros da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd) ocorridos de 2005 a 2013, especificamente dos grupos de trabalho *Movimentos Sociais e Educação* (GT 03), *Educação Popular* (GT 06), *Trabalho e Educação* (GT 09) e *Sociologia da Educação* (GT 14); também foi realizada busca de teses, dissertações e artigos científicos por meio do assunto *Economia (Política) e Educação (Popular)* na Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações e no portal científico eletrônico Scielo (sem especificação de data).

2 Para detalhamento acerca dos trabalhos encontrados a partir da realização de revisão bibliográfica que relacionam Economia Solidária e Educação (popular), ver Tafuri (2014).

e reconstituiremos historicamente os fundamentos filosófico-epistemológicos da Economia Política contemporânea, para em seguida iniciarmos uma aproximação entre o sistema discursivo advindo dos paradigmas desta Economia Política eurocêntrica e as relações inexoráveis entre educação e cultura; por fim, teceremos algumas considerações acerca das práticas sociais populares e suas relações de saber-poder com a perspectiva eurocêntrica de modernidade.

## **A ação econômica enquanto prática social**

Em artigo recentemente publicado no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, o economista Eduardo Fagnani (2014) analisa o cenário político e macroeconômico brasileiro às vésperas da disputa eleitoral envolvendo a presidência da República no período 2015-2018, colocando em evidência a disputa latente existente entre dois projetos políticos distintos e antagônicos entre si: um de cunho essencialmente neoliberal, que estaria vinculado à proposta de centro-direita do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), principal partido de oposição ao governo de coalizão centro-esquerda da Presidenta Dilma Rousseff, e que se oporia a outro projeto de natureza social desenvolvimentista, levado a cabo pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no decorrer dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula das Silva (2003-2010) e da atual gestão petista do Governo Federal (2011-2014). Fagnani (2014) destaca em sua argumentação que os significativos progressos sociais logrados pelo país no primeiro decênio do século XXI (melhoria nos índices de distribuição de renda e consequente diminuição das desigualdades sociais, aumento do consumo das famílias de baixa renda, redução da miséria extrema etc.) resultaram não apenas da ampliação dos programas de transferência condicional de renda (tal como o Bolsa Família), mas principalmente da retomada do crescimento da economia nacional alavancada pelo projeto desenvolvimentista iniciado com Lula, o qual, segundo o autor, proporcionou “[...] a expansão do gasto social, a geração de empregos formais, a redução da taxa de desocupação e a elevação real do salário mínimo e da renda do trabalho” (FAGNANI, 2014, p. 04).

Em uma perspectiva sociológica mais ampla, a polarização existente entre esses dois projetos societários tende a se apresentar a partir de categorias analíticas nitidamente antagônicas (Neoliberalismo versus Desenvolvimentismo, Mercado versus Estado, Políticas focalizadas versus Universalização dos direitos da cidadania, Estado mínimo versus Estado de bem-estar social, Direitos trabalhistas versus Flexibilização das relações de trabalho), ensejando para análise política “[...] implicações contraditórias quanto aos rumos a serem trilhados no futuro” (FAGNANI, 2014, p. 05). No entanto, um olhar etnográfico mais atento às práticas econômicas desempenhadas por grupos populares diretamente beneficiados pelos avanços sociais alcançados no período histórico mencionado permite, de outra forma, uma problematização e compreensão diversas acerca das dinâmicas sociais e culturais situadas para além das rígidas formulações dicotômicas, e “[...] colocam em questão, desde as representações e práticas econômicas concretas, até as contradições e imbricações que se operam entre os mundos sociais, pondo em tensão as fronteiras existentes no seio dos estudos sociais, e da economia em particular” (MÜLLER; WILKIS, 2010, p. 373).

Nesse sentido, a título de ilustração, se por um lado a adoção de políticas de combate às desigualdades sociais por meio da valorização dos ganhos reais do salário, da distribuição de renda e do estímulo ao consumo de bens duráveis (FAGNANI, 2014; MULLER, 2013) garantiu o acesso de uma ampla parcela da população às mediações materiais necessárias à realização de suas liberdades públicas e privadas (MANCE, 2002), por outro lado a “[...] oferta extraordinária de crédito de instituições financeiras bancárias e não-bancárias, redes, franquias e outlet de eletrodomésticos, roupas e materiais de construção favoreceu o aumento do consumo e, simultaneamente, o endividamento, a inadimplência e a insolvência” (SILVEIRA, 2009, p. 65). Deste modo, a incitação à lógica do endividamento possibilitada pelos altos limites de crédito concedidos pelas administradoras dos cartões e redes varejistas constituiu-se, igualmente, em um eficiente mecanismo de gerenciamento de renda que induz o consumo dos grupos populares pela utilização de cartões de crédito de lojas e redes

varejistas específicas, sendo “[...] possível pensar que esta lógica que forja situações de endividamento na pobreza é a responsável por retroalimentar o funcionamento do sistema, possibilitando que a riqueza se acumule e que a pobreza seja mantida, ainda que sob um novo formato” (SCIRÉ, 2010, p. 76). Aqui, portanto, o terreno para análise política da conjuntura econômica brasileira torna-se mais turvo, ambíguo, requisitando uma aproximação empírica metodologicamente orientada em face das experiências de vida relacionadas a tais fenômenos, visto que:

Mercado, dinheiro, crédito, agronegócio, indicador, juro, risco, concorrência, empreendimento são só algumas das palavras que desenham o campo semântico da economia contemporânea, palavras estas que fazem sentido para camadas cada vez mais amplas da população, muito além do estreito círculo dos especialistas [...] Trata-se, na verdade, de modulações contemporâneas de formas de falar, de pensar e de agir (de uma verdadeira cosmologia, diriam alguns), cuja gênese remete ao início da modernidade europeia, a um lento, porém constante, predomínio progressivo das trocas mercantis nas interações humanas, do uso do dinheiro para mediar as relações entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas, e da quantificação como operador principal de valor. (NEIBURG, 2010, p. 02).

Em consonância com Maria Waldenez de Oliveira e colaboradores (2014), compreendemos que as práticas sociais fundadas no bojo do processo histórico-cultural experienciado pelos seres humanos constituem-se e são forjadas nas relações estabelecidas entre homens e mulheres na produção de sua própria existência material e simbólica, manifestando-se a partir de contextos socioculturais particulares. Desta forma, tais práticas permitem a construção e consolidação de novos e antigos saberes por meio da possibilidade exclusivamente humana de refletir criticamente sobre sua própria condição de pertencimento no mundo, com os outros, experiência inexoravelmente histórica que advém da possibilidade do encontro intersubjetivo no qual se compartilham, transmitem, reproduzem e ressignificam os valores, os conhecimentos, as tradições e as atitudes manifestadas durante o viver. De acordo com Paulo Freire (2011b, p. 135-136, grifo do autor):

Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente vivendo, histórica, cultural e socialmente existindo, como seres fazedores de seu ‘caminho’ que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao ‘caminho’ que estão fazendo e que assim os refaz também. [...] Nós nos tornamos hábeis para imaginativa e curiosamente ‘tomar distância’ de nós mesmos, da vida que portamos, e para nos dispormos a saber em torno dela. Em certo momento não apenas vivíamos, mas começamos a saber que vivíamos, daí que nos tivesse sido possível saber que sabíamos e, portanto, saber que poderíamos saber mais (p. 135-136).

No sentido apontado por Freire (2011b), e situando o presente trabalho a partir de tal premissa, o conceito de Educação nos parece central nas análises decorrentes de tal posicionamento epistemológico, dado que neste caso a prática educativa não é tomada exclusivamente como restrita e inerente apenas às relações pedagógicas empreendidas no bojo do sistema educacional. Ao contrário, os conhecimentos são também edificados no interior de práticas sociais não escolares por meio da possibilidade exclusivamente humana de refletir criticamente sobre sua própria condição de pertencimento no mundo, com os outros.

Desse modo, as ações econômicas realizadas por grupos populares no decorrer de suas experiências existenciais podem ser compreendidas enquanto prática social geradora de processos educativos na medida em que as consideremos no sentido atribuído por Enrique Dussel (2014, p. 11), autor que nos revela o caráter comunitário e intersubjetivo de tais ações:

La acción económica parte de la producción en vista de la distribución y el intercambio, y la distribución y el intercambio se desenvuelve en vista del consumo. Todas esas acciones se cumplen siempre intersubjetivamente en comunidades empíricas que deben cumplir con las exigencias de la división de trabajos heterogéneos en la producción e intercambio de las mercancías por ello también heterogéneas. La división en el proceso productivo del trabajo delimita las acciones de los agentes económicos, que cumplidas de manera constante, repetida, sabiendo cómo se realizan y desde la expectativa de que los otros miembros del sistema económico cumplan

igualmente los trabajos correlativos, constituyen las instituciones económicas que dan lugar a sistemas. Toda acción económica es sistémica y cumple con funciones asignadas por los diversos tipos acciones dentro de la división del trabajo, de la distribución, del intercambio y del consumo.

Seguindo a linha argumentativa de Dussel (2014), para que as práticas econômicas populares sejam consideradas de modo crítico e relevante para o processo de superação da modernidade e do capitalismo, atitude exigida em tempos que reconhecemos a “[...] desumanização não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica” (FREIRE, 2011a, p. 40), tomaremos esta prática social em relação ao paradigma discursivo e hegemônico próprio da Economia Política eurocêntrica, uma vez que a crítica ao sistema econômico capitalista requer o desvelamento de todo o sistema de categorias que constitui a essência do capital (DUSSEL, 2014). Entendemos que:

[...] em vez de simplesmente separar as teorias econômicas (eruditas, dos profissionais) e as práticas econômicas (ordinárias, dos seres humanos em geral), trata-se de compreender os sentidos das categorias que servem para pensar e atuar no mundo tido como ‘econômico’, ou para agir e pensar ‘economicamente’ nas relações humanas. (NEIBURG, 2010, p. 02, grifo do autor).

Revelar o modo como se dão, no cotidiano, as práticas econômicas populares, bem como a forma com que este fenômeno se desdobra e se relaciona com os processos educativos engendrados no bojo do processo de produção/ reprodução simbólica e material de homens e mulheres requer, portanto, o questionamento da natureza construída de tais experiências pela existência e funcionamento de sistemas ideológicos historicamente estabelecidos, o que, neste caso específico, implica inexoravelmente na problematização das categorias oriundas da Economia Política eurocêntrica negadas ou reafirmadas no bojo das ações econômicas dos atores sociais populares.

## O discurso da Economia Política moderna e eurocêntrica

Buscando investigar os fundamentos filosófico-epistemológicos da Economia Política contempo-

rânea, Leda Paulani (2005) encontra o âmago de constituição deste sistema discursivo vinculado à inauguração do pensamento ocidental moderno, processo cujo marco limiar é identificado pela autora na virada do século XV,<sup>3</sup> ainda que a consciência histórica da Modernidade houvesse sido reconhecida apenas durante o século XVIII, consolidando-se enquanto *ethos* provedor das orientações normativas fundantes da moral, das ciências e das artes, a partir da afirmação do princípio da subjetividade e da razão. Segundo Paulani (2005, p. 20, grifo do autor):

A vinculação entre ‘Modernidade’ e ‘discurso econômico’ aludia a uma relação que se buscava explicitar, entre, por um lado, o surgimento de um determinado tipo de compreensão sobre a sociedade e, por outro, o momento histórico em que esse discurso passa a ser produzido. Como esse discurso não é qualquer discurso, mas atende inicialmente pelo nome de Economia Política, ganhando muito cedo o estatuto de ‘ciência’, investigar mais de perto esses liames parecia-me fundamental para mais claramente demonstrar suas contradições.

Percorrendo a história da Economia Política moderna, Paulani (2005) faz referência à influência da filosofia dos direitos naturais de John Locke, do humanismo de Jean-Jacques Rousseau e do utilitarismo de Jeremy Bentham na fundamentação do liberalismo econômico formulado por Adam Smith, no decorrer do século XVIII, e por John Stuart Mill, já no século XIX. Ancorado no princípio dos direitos inalienáveis do homem, a saber, o direito à vida, à liberdade, à igualdade (enquanto condição para alcançar a liberdade) e à propriedade privada (direito natural, porque legitimado pelo trabalho), o liberalismo econômico surgido com o advento da Modernidade argumentava pela incontestabilidade da primazia do indivíduo em relação à sociedade civil, dado que a natureza humana deveria ser considerada a partir de suas características singulares e inatas, sendo, portanto, anteriores à própria

3 Segundo Aníbal Quijano (2005), a partir do século XV assistimos à emergência de um novo padrão de poder globalmente hegemônico, responsável por conjugar o processo de exploração econômica das colônias americanas pelos países europeus com uma forma historicamente específica de dominação cultural, o eurocentrismo, o que “[...] significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital” (QUIJANO, 2005, p. 110).

sociedade. Neste caso, “[...] os princípios morais capazes de garantir a coesão (e a ordem) numa sociedade desprovida de relações hierárquicas (porque pautadas na igualdade e na liberdade)” (PAULANI, 2005, p. 117) poderiam advir da premissa essencial do utilitarismo benthamita, a qual postulava que cada ser humano agiria sempre tendo em vista a consecução de seus próprios interesses individuais e a maximização dos benefícios gerados por cada ação particular, o que, por consequência, tenderia a promover a felicidade geral da sociedade, definida por Bentham como uma somatória dos indivíduos e seus respectivos interesses. Advém daí a possibilidade de coincidência entre a realização dos interesses privados dos indivíduos e dos interesses gerais da sociedade, o que permitiria a obtenção de um mínimo de igualdade (que sustentaria a possibilidade de liberdade civil) e faria Smith afirmar como tese central de sua obra que a riqueza de uma nação seria produzida como resultado não pretendido da busca individual realizada em função de seus próprios interesses. Ainda de acordo com Paulani (2005, p. 119):

O liberalismo [...] constitui, portanto, expressão do espírito de sua época e da base objetiva (material, social e política) que determinava esse espírito. Nem por isso, porém, os valores então em jogo deixavam de ser universais. Ainda que a serviço de interesses de classe bastante bem definidos, a liberdade e a igualdade dizem respeito a todo gênero humano, de modo que sua defesa é inapelavelmente universal. Assim, na medida em que a doutrina liberal foi constringida, desde o seu nascimento, e por razões históricas, à defesa desses valores, sua pregação no campo econômico não chegou a ser determinante. Por mais que a realidade material e política do século XIX fosse denunciando seu caráter ideológico, sua posição enquanto ideário filosófico e moral tinha primazia.

Paradoxalmente, no momento em que o capitalismo vivenciava suas primeiras grandes crises, nas últimas décadas do século XIX, denunciando em parte o caráter de classe presente nos enunciados universais da doutrina liberal, ela se reafirma enquanto paradigma de grande legitimidade no arcabouço das ciências econômicas, por meio da ascensão do marginalismo de Alfred Marshall e Leon Walras na discussão científica, fenômeno que para Paulani (2005) terminou por deslocar o modo como se concebia o pensamento econômico: se até

então a tradição da Economia Política ocupava-se com a elaboração de teorias que refletiam visões de mundo filosoficamente fundamentadas, abarcando as diversas dimensões da vida em sociedade, a nova Economia Neoclássica se especializaria em conceber modelos abstratos com o intento de fornecer explicações minuciosas acerca do modo de funcionamento dos sistemas econômicos. Criticando a teoria do equilíbrio geral de Walras e o paradigma da escassez que subjaz a ela, Euclides André Mance (2002, p. 111) afirma que:

A teoria da concorrência perfeita em que se atingiria preços ideais é obtida através de uma abstração de práticas reais de concorrência no mercado, como sendo a situação ideal de concorrência implícita ao processo de concorrência real. Assim, de situações reais de concorrência localizadas abstrai-se um modelo formal, universal, do qual se deduz procedimentos a serem adotados para a realização de uma concorrência perfeita [...] A tentativa neoliberal da infundável aproximação assintótica da realidade econômica ao modelo ideal construído sob a lógica da escassez não conduz à efetivação dos objetivos do próprio modelo – um equilíbrio geral com a crescente ampliação das ofertas e incremento do bem-viver de todos –, mas tem levado à realização de seu próprio revés em razão das contingências da realidade humana que estão banidas desse modelo formal.

No entanto, a história do século XX transformaria em boa medida o cenário das ideias econômicas, especialmente com a ocorrência da crise econômica mundial de 1929, a partir da qual o trabalho de John M. Keynes sobre a Teoria geral do emprego do juro e da moeda apresenta-se como construção teórica mais adequada para seu enfrentamento, tendo em vista sua proposta de valorização do papel intervencionista do Estado enquanto órgão regulador e planejador da economia de mercado. Os anos “dourados” do capitalismo que se seguiram durante as quase quatro décadas posteriores ao início da vigência do keynesianismo e do Estado de bem-estar social nos países considerados desenvolvidos foram, a um só tempo, cenário histórico de recuo e retomada do pensamento liberal, visto que, após o término da Segunda Guerra Mundial, um grupo de intelectuais liderado por Friedrich Von Hayek (economista liberal defensor assíduo do livre funcionamento dos mecanismos de mercado enquanto única forma de

garantir a primazia do indivíduo perante a sociedade) inicia uma reação teórica e política contra o Estado de bem-estar social e sua proposta igualitarista, dado que ele “[...] destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (PAULANI, 2005, p. 123). Em sua primeira grave crise após o triunfo das ideias keynesianas, acontecida no início da década de 1970 com o choque do petróleo e dos insumos básicos, o capitalismo criaria as condições objetivas concretas para o ressurgimento arrebatador dos ideais liberais, agora sob a alcunha da doutrina neoliberal: “[...] constrangida a se apresentar fundamentalmente como uma receita de política econômica (abertura, estado mínimo, desregulamentação etc.), desprezando, nessa medida, alguns dos nobres valores universais que primariamente lhe deram origem” (PAULANI, 2005, p. 124).

## Discurso econômico e educação popular

Enrique Dussel (2014), buscando desvelar o marco teórico-epistemológico da Economia Política Eurocêntrica, realiza a crítica tanto à ética relativa à economia clássica de Smith quanto àquela oriunda de sua reformulação contemporânea empreendida por Hayek nos moldes da doutrina neoliberal, indicando e explicitando os princípios normativos subjacentes a tais narrativas econômicas. Além de reconhecer que, historicamente, “[...] se aceptaron, pasando desapercibidos, ciertos mitos fundacionales (como el del progreso, el individualismo metafísico), siendo todavía, y repetimos: modernos y eurocéntricos, que funcionaron como postulados o principios económicos implícitos” (DUSSEL, 2014, p. 145), afirma que os economistas neoliberais:

[...] efectúan, en primer lugar, una confusión metodológica que consiste en considerar como idénticos la función de a) modelos trascendentales o postulados económicos (como la ‘competencia perfecta’), que deberían orientar la praxis empírica, con b) modelos que pretenden justificar de manera inmediata una tendencia empírica del mercado que produciría un equilibrio efectivo de los insumos y el consumo, de la oferta y la demanda [...] la economía neoliberal construye modelos ideales (que son postulados

a veces hasta teóricamente inconsistentes) y los utiliza como justificación de intervenciones inmediatas y concretas económico-políticas en el nivel empírico. Es un error metodológico con intención ideológico-política de dominación de la praxis y de las estructuras económicas empíricas, concretas, que justifica ejercicio del capitalismo neoliberal y oculta sus víctimas (que en principio son los enemigos de la libre competencia postulada). (DUSSEL, 2014, p. 156, grifo do autor).

No caso específico deste ensaio, importa sublinhar a relevância dos discursos na constituição dos sujeitos, pois compreendemos, em acordo com Eder Sader (1988, p. 57), que “[...] o discurso que revela a ação revela também o seu sujeito. Assim, do discurso dependeria a atribuição de sentido às coisas, a partir do primeiro significado, que permite o diálogo humano, que é o estabelecimento das identidades”. Desta forma, o discurso dos sujeitos e a matriz discursiva própria de uma sociedade, em dado tempo e espaço, cumprem o papel de comunicar algo não somente aos outros, mas também a si mesmo. Este uso ordenado da linguagem (enquanto estrutura dada) em que sujeitos se dispõem a interpelar outros sujeitos ou o público em geral visando expressar certos anseios, objetivos e valores, inscreve-nos no seio da constituição histórica e da tradição de seu sistema cultural particular, momento em que, “[...] nesse mesmo ato de expressar-se, operando um novo arranjo das significações instituídas, ele suscita novos significados” (SADER, 1988, p. 58). É tal estado de coisas que permite Mance (2002) reconhecer, no interior do processo de estratificação da produção semiótica das subjetividades, a partir de semioses hegemônicas contemporâneas, a possibilidade da constituição de linhas de fuga subversivas em relação aos estratos semióticos operantes, o que implica considerar que:

Sob os quadros do capitalismo mundial integrado, na trama dos poderes que agenciam subjetivações, cabe compreendê-lo, em sua centralidade, não apenas como sistema econômico hegemônico, mas também como sistema semiótico modelizante principal, uma vez que o giro do capital pressupõe a produção de subjetividade [...] por outro lado, é possível mapear agenciamentos de subversão e compreender como eles operam frente aos fluxos semióticos e materiais que reproduzem o capitalismo enquanto tal, visando

construir estratégias que permitam potencializá-los (MANCE, 2002, p. 87).

Nesse sentido, as pesquisas que buscam desvelar e compreender processos educativos que decorrem e são gerados nas diversas práticas sociais vivenciadas pelos seres humanos no transcorrer de suas experiências de vida, e, especialmente, os “[...] estudos e investigações desenvolvidos em diálogo com pessoas que fazem parte de grupos sociais marginalizados, tem demonstrado que elas produzem saberes, valores e modos de perceber a situação em que vivem, além de criarem estratégias para encaminhar os problemas com os quais se deparam” (OLIVEIRA et al, 2014, p. 118). Tal posicionamento epistemológico remete de forma imediata à questão da consideração do saber popular enquanto outra forma legítima de construção do conhecimento e, neste sentido, questiona a dificuldade que diversos pesquisadores e profissionais que trabalham junto aos grupos populares encontram em compreender como tais pessoas pensam, percebem e agem no mundo. Para Victor Valla (1996), tal dificuldade está intimamente relacionada a uma postura costumeiramente adotada por tais atores de não aceitarem a possibilidade de que os segmentos populares são capazes de produzir conhecimento que sirva para interpretar e explicar a realidade.

Valla (1996) nos alerta para o risco de nos arrogarmos o direito de nos tornarmos tutores dos grupos populares ao desconsiderarmos sua capacidade crítica de análise da realidade – ou considerarmos tal capacidade insuficiente -, julgando as atitudes – ou a falta de atitude - desta população frente à determinada situação como comportamento que denotaria conformismo e passividade. Outra dificuldade apontada pelo autor em nossa crise de interpretação acerca de tais grupos se refere à incapacidade que temos em compreender não apenas o que está sendo dito por eles, mas também o ponto de partida de suas próprias formulações, ou seja, nos faltaria compreender melhor suas falas em relação a certa experiência de vida, a qual orientaria as formas destas pessoas estarem e agirem no mundo. Conforme escreve Valla (1996, p. 179):

Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, a partir de suas vivências, que são vividas de uma forma distinta daquela vi-

vida pelo profissional. Nós oferecemos nosso saber porque pensamos que o da população é insuficiente e, por esta razão, inferior, quando, na realidade, é apenas diferente.

Se Ernani Maria Fiori (1991) identifica na autoafirmação pelos seres humanos de seu papel ontológico de sujeitos de sua própria existência, bem como no reconhecimento intersubjetivo da liberdade dos outros seres humanos os aspectos fundantes da autonomia exigida em seu processo de autoconfiguração cultural e histórica, nas palavras de Paulo Freire (1981, p. 53), o domínio da existência humana estaria conformado justamente pela dialética entre determinação e liberdade:

Homens e mulheres, podendo romper esta aderência [própria dos animais] e ir mais além do mero estar no mundo, acrescentam à vida que têm a existência que criam. Existir é, assim, um modo de vida que é próprio ao ser capaz de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se. Enquanto o ser que simplesmente vive não é capaz de refletir sobre si mesmo e saber-se vivendo no mundo, o sujeito existente reflete sobre sua vida, no domínio mesmo da existência e se pergunta em torno de suas relações com o mundo. O domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores – domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade.

Por um lado, a compreensão dos processos educativos engendrados nas práticas econômicas populares implica em considerarmos a multiplicidade de formas e de conteúdos produzidos, reproduzidos e ressignificados no interior de um processo histórico-cultural que é complexamente condicionado. Na esteira de Brandão (2002), isto significa que, em uma sociedade tal qual a capitalista, o processo de construção da vida social de diferentes categorias de sujeitos leva a “[...] experiências diferentes da própria realidade de dominação”, em que grupos populares diversos [...] geram e se assumem como identidades próprias e constituem modos de vida e representação da vida que lhes são específicos” (BRANDÃO, 2002, p. 114-115). Por outro lado, recorrendo novamente a uma formulação deste autor fundamental no que se refere ao debate acerca das relações intrínsecas entre educação e cultura, reafirmamos a proeminência da dimensão simbólica das culturas

humanas frente às relações e à lógica material de orientação da conduta das pessoas:

Na sociedade burguesa, regida pela lógica simbólica da reprodução do capital, é a produção material e o que deriva dela diretamente, o lugar dominante da produção simbólica. Isso é o que nos conduz, pessoas de tal sociedade, à ilusão de que o lugar concreto das relações práticas de produção determina ‘lugares’ da reprodução da ordem social e de sua representação [...] Uma lógica simbólica opera de modo diferente e compreende a vida social como um todo, onde o poder de determinação do significado opera diferentemente de uma sociedade para outra, fazendo com que variem os modos e os locus essenciais de significação, mas subordinando todas as esferas e domínios de relações materiais e/ou simbólicas a si própria, cultura. (BRANDÃO, 2002, p. 124, grifo do autor).

Tratando, portanto, da dimensão educativa de práticas situadas na esfera econômica da vida em sociedade, não consideramos as relações econômicas próprias ao sistema de produção capitalista como determinantes na constituição de uma ordem cultural que lhe seria própria ou derivada, ainda que reconheçamos a predominância do simbolismo econômico a partir da hegemonização deste modo de vida eurocêntrico.

## Considerações

Considerando a perspectiva teórica apresentada neste ensaio, buscamos argumentar que a compreensão das ações econômicas populares, tomadas enquanto práticas sociais geradoras de processos educativos relevantes na conformação de modos de vida próprios a cada pessoa ou grupo social, requer uma aproximação tanto em relação aos significados atribuídos pelos sujeitos às suas próprias práticas econômicas, como também às matrizes discursivas eurocêntricas provenientes do campo da Economia Política contemporânea, que permeiam o desenrolar de tais práticas em suas vidas cotidianas. Isto nos impele, necessariamente, a tomar as práticas e os discursos proferidos por esses sujeitos enquanto elemento central de desvelamento da realidade problematizada, visto que dentro desta perspectiva “[...] o sujeito é tido como um atribuidor de significados e não como um mero repetidor de ideias mecanicamente adquiridas”

(MARTINS; BICUDO, 1989, p. 94). Desta forma, buscamos ampliar nosso entendimento tanto sobre o modo como essas experiências populares foram e são historicamente construídas, bem como da extensão e da lógica das práticas normativas que operam no meio social.

De outra forma, conforme nos indica Dussel (1997), trata-se de uma atitude crítica fundamental a quem pretende pesquisar a diversidade de práticas populares existentes na América Latina, a contextualização de nosso continente no bojo do processo histórico de mundialização da cultura europeia, cultura imperial que se projeta mundialmente com a invasão espanhola do continente americano em 1492 e passa a partir de então a reivindicar para si própria o status de cultura universal, considerando todas as demais culturas como barbárie, não “civilizadas”, como o não-ser. Tal fenômeno acabou servindo como justificativa para o estabelecimento de relações verticais de dominação e exploração entre tais culturas, provocando em muitos casos o aniquilamento de culturas inteiras. A perspectiva eurocêntrica de modernidade visou, historicamente, justificar ações de violência e opressão como um mal necessário (indígenas exterminados, negros escravizados, cultura popular desqualificada pela cultura do opressor), inocentando os sujeitos históricos responsáveis por tais ações e responsabilizando as próprias vítimas, entendidas nessa perspectiva eurocêntrica como primitivas, bárbaras, inferiores, as quais deviam ser “educadas” e “civilizadas” observando-se o projeto eurocêntrico de mundo.

A proposta de um projeto transmoderno, conforme nos propõe Dussel (2005), tem em sua intencionalidade fundante a libertação, e por isso evidencia os aspectos que se encontram além das estruturas valorizadas pela cultura moderna europeia-norte-americana e em estado latente nas culturas não europeias, preservando em suas práticas a possibilidade da utopia (DUSSEL, 2005). Diante disso, é fundamental considerarmos a América Latina desde um contexto histórico globalizado em que as culturas inevitavelmente enfrentam-se nos mais distintos aspectos da vida cotidiana: economia política, educação, ciência, epistemologia, entre outros, visto que assim evidenciamos a assimetria existente entre os sistemas culturais nas relações que se dão entre o centro e as periferias do sistema mundo.

## REFERÊNCIAS

- ALCALDE, B. F. K. **Ensaio sobre educação no Brasil: igualdade de oportunidades e rendimentos dos egressos das universidades públicas**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós- Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2013.
- BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- BUCHMANN, G. **Interação entre educação, fecundidade e economia política e suas consequências para distribuição de renda**. 2007. 61 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), Rio de Janeiro, 2007.
- CARDOSO, F. dos R. **Educação superior e crescimento econômico**. 2006. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- DIAS, P. V. M. **Economia política da educação de massas: a escola pública como condição geral de produção do capital**. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- DUSSEL, E. Cultura imperial, cultura ilustrada e libertação da cultura popular. In: \_\_\_\_\_. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 121-152.
- \_\_\_\_\_. Transmodernidad e interculturalidad (interpretación desde la filosofía de la liberación). México City: UAM, 2005.
- \_\_\_\_\_. **16 tesis de economía política: interpretación filosófica**. México: Siglo XXI Editores, 2014.
- FAGNANI, E. Brasil: dois projetos em disputa. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 7, n. 84, julho de 2014.
- FIORI, E. M. Educação Libertadora. In: \_\_\_\_\_. **Textos escolhidos**. Educação e Política. Vol. II. Porto Alegre: L&PM, 1991. p. 83-95.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.
- LAMEZA, J. O. de. **A expansão do ensino superior privado no Brasil e a participação do financiamento estatal (1995–2004)**. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- LINS, L. M. **Educação e economia: um estudo da relação entre estrutura produtiva e demandas educacionais nas regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte**. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária – Aspectos Econômico-Filosóficos: Complexidade e Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MARTINS, J.; BICUDO, M. A. da V. **A pesquisa qualitativa em psicologia, fundamentos e recursos básicos**. 2. ed. São Paulo: Moraes/EDUC, 1989.
- MÜLLER, L. H. A. Políticas de inclusão e de educação financeira. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Águas de Lindóia, SP: ANPOCS, 2013.
- MÜLLER, L. H. A.; WILKIS, A. Etnografias de práticas econômicas: reflexões sobre fronteiras sociais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 373-375, set./dez. 2010.
- NEIBURG, F. Os sentidos sociais da economia. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. (Coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil – Antropologia**. São Paulo: ANPOCS/Barcarolla/Diálogo Editorial, 2010. p. 1-34.
- OLIVEIRA, M. W. de. Et al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisas em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M. W. de; SOUSA, F. R. (Org.). **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014. p. 29-46.

PAULANI, L. M. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130. (Colección Sur Sur).

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. D. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, F. R. **Tecnocracia capitalista: fundamentos e implicações para a educação**. 2014. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, 2014.

SCIRÉ, C. D. de O. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, SP, v. 20, n. 1, p. 65-78, 2011.

SILVA, P. B. G. **Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do limoeiro**. 1987. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

TAFURI, D. M. **A experiência educativa da gestão de um banco comunitário na periferia de São Carlos/SP**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) São Carlos, SP, 2014.

VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação e Realidade**, v. 21, n. 2, p. 177-190, 1996.

WALTENBERG, F. D. **Análise econômica de sistemas educativos: uma resenha crítica da literatura e uma avaliação empírica da iniquidade do sistema educativo brasileiro**. 2003. 159 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Teorias econômicas de oferta de educação: evolução histórica, estado atual e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 117-136, jan./abr. 2006.

ZIMMER, R. **As relações entre educação, geração de renda e ocupações no estado do Rio Grande do Sul**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.

*Recebido em: 08.12.2014*

*Aprovado em: 28.03.2015*